

Novo fôlego para negociar no Senado

por César Felício
de Brasília

Com o acordo fechado entre o presidente Fernando Henrique Cardoso, os governadores e o Legislativo em torno da questão da dívida dos estados, o governo terá a partir de hoje um importante fator para ser usado na negociação com o Senado das matérias de interesse da equipe econômica do Executivo.

Na pauta do Senado, as duas questões fundamentais agora são a emenda constitucional que prorroga a validade do Fundo Social de Emergência (FSE), rebatizado de Fundo de Estabilização Financeira (FEF), e as medidas provisórias que dispõem sobre a fusão de bancos.

ATAQUES NA TRIBUNA

São dois temas de difícil assimilação, porque afetam as receitas de estados e municípios, no entender de grande parte dos senadores. No decorrer das últimas semanas, o governo foi obrigado a ouvir pronunciamentos diários na tribuna contra as duas medidas, alguns dos quais partindo de senadores de partidos governistas.

O discurso deve mudar a partir de hoje. "Vai melhorar a performance. O clima no Senado estava degenerando dia a dia. Agora, o presidente eliminou um dos maiores pontos de turbulência e isto vai ter repercussão na análise das outras matérias", acredita o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que é o relator das condições de pagamento das dívidas estaduais no Senado.

"O acordo ajuda bastante a desanuviar. Creio que a MP dos bancos vai ser analisada de agora em diante sem o clima emocional que foi gerado pela



Teotônio Vilella Filho

demora em se encontrar uma solução para o problema dos estados", afirmou o senador Teotônio Vilella Filho (PSDB-AL). Na opinião do senador alagoano, o acordo terá efeito direto sobre a base governista no Senado e "não pesa muito no bolso, nem para os Estados, nem para a União".

PONTOS DE ATRITO

A emenda constitucional que cria o FEF, prorrogação do FSE, está sendo relatada no Senado pelo líder do PMDB na Câmara, Jader Barbalho (PA), que não era o nome da preferência do Planalto, já que o senador paraense tem vários pontos de atrito com Fernando Henrique, em especial em relação ao projeto Sivam. Barbalho pediu, por exemplo, o arquivamento do projeto através de nota oficial do PMDB.

As normas de estímulo às fusões e incorporações de bancos estão sendo analisadas em duas comissões mistas: uma está sendo presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem como relator o deputado Benito Gama (PFL-BA); e a outra é presidida pelo deputado Gonzaga Motta (PMDB-CE) e o relator é o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC).